Notas sobre a concordância verbal e nominal em português

João Costa[1], Maria Cristina Figueiredo Silva[2]

[1]Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (UNL)
Av. de Berna 26-C – 1069-061 – Lisboa – Portugal

[2]Centro de Comunicação e Expressão - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
jcosta@fcsh.unl.pt, llv1mcf@cce.ufsc.br

Resumo. *Este artigo fornece evidências para uma abordagem da expressão de número como aquela advogada pela Morfologia Distribuída. Defenderemos que a morfologia verbal não pode ser explicada apenas em termos de movimento do verbo, já que diferentes dialetos de português, embora exibam distinções importantes no paradigma verbal, têm a mesma extensão de movimento do verbo. Adicionalmente, com respeito à expressão da pluralidade, pode-se mostrar que uma abordagem lidando com fatos de ambos os domínios, o verbal e o nominal, é mais adequada para explicar a variação intralingüística diretamente. As predições desta análise são frutíferas e adequadas quando aplicadas a um largo leque de fatos empíricos da língua.*

Palavras-chave. *Concordância verbal; concordância nominal; Morfologia Distribuída.*

Abstract. *This paper provides evidence for an approach to number expression as the one advocated by Distributed Morphology. It will be argued that verbal morphology cannot be explained in terms of verb movement alone, since different dialects of Portuguese, while exhibiting important distinctions in the verbal paradigm, have the same extension of verb movement. Moreover, concerning the expression of plurality, it can be shown that an approach dealing with facts both from the verbal and nominal domains is more adequate to explain intralinguistic variation in a straightforward way. The predictions of the analysis are fruitful and felicitous when applied to a large range of empirical facts of the language.*

Keywords. *Verbal agreement; nominal agreement; Distributed Morphology.*

1. Introdução

Uma certa tradição em sintaxe gerativa tenta explicar o movimento do verbo em termos puramente sintáticos. Um dos princípios destas abordagens é visível na correlação supostamente existente entre alguma noção de "morfologia rica" e movimento de V para I. A mais direta maneira de explicar esta correlação é esboçada no trabalho de Belletti (1990), em que se assume que o movimento cíclico do núcleo verbal em direção ao núcleo funcional mais alto explica a ordem dos morfemas de tempo e concordância (o que se segue do Princípio do Espelho de Baker, 1985). Embora este tipo de correlação se prove frutífera em alguns domínios, vários problemas têm sido notados na literatura, questionando a relação direta entre movimento de V para I e a morfologia verbal. Enfatizamos dois destes problemas: (a) os poucos morfemas visíveis

numa língua sem movimento de V para I, como o inglês, devem envolver algum tipo de abaixamento do afixo. No entanto, esta operação não obedece a restrições sintáticas gerais (Halle & Marantz 1993, Bobaljik 1995); (b) a noção de "morfologia rica" deve ser estabelecida em termos de paradigmas, o que impede a conexão direta entre cada forma flexionada individual e o alvo do movimento do verbo (Rohrbacher 1994, Vikner 1997).

O objetivo deste artigo é discutir um argumento adicional contra a visão de que a morfologia verbal deve ser explicada exclusivamente em termos de movimento do verbo. Discutiremos os seguintes fatos provenientes de três dialetos do português, alguns dos quais foram previamente notados em Galves (1993), Figueiredo Silva (1996) e em vários trabalhos de Scherre:

1. Em português europeu (doravante PE) e em dois dialetos do português brasileiro, não há nenhuma evidência para postular diferentes lugares de pouso para o verbo. De acordo com os testes tradicionais (posição de certos advérbios e quantificadores flutuantes), em todos estes dialetos o verbo parece ter se movido de V para T, sem alcançar o núcleo funcional mais alto (Costa 1996, Costa & Galves 2002).

2. No entanto, os padrões de concordância nestes dialetos são diferentes. Como mostrado abaixo, as seguintes generalizações parecem se sustentar:

- em PE, todos os elementos capazes de exibir a morfologia de plural devem exibi-la:

(1) Os carros 'tão lindos

- em um dos dialetos do português brasileiro (doravante PB1), não há concordância internamente ao DP, embora haja concordância entre o sujeito e o verbo:

(2) Os carro 'tão lindo

- no outro dialeto do português brasileiro (doravante PB2), não há nem concordância interna ao DP nem concordância entre o sujeito e o verbo:

(3) Os carro 'tá lindo

Estes fatos levantam ao menos as seguintes questões:

1. Se há evidência robusta de que em todos esses dialetos o alvo do movimento do verbo é o mesmo, como manter a afirmação de que as diferenças morfológicas se correlacionam estritamente com o movimento do verbo?

2. Que tipo de micro-variação responsável por essas diferenças está em jogo em português?

3. Há alguma relação entre os fatos de concordância interna ao DP e os fatos de concordância entre o sujeito e o verbo?

A hipótese a ser desenvolvida aqui é que os efeitos de concordância visível devem ser interpretados como um fenômeno não unitário. Eles derivam de: (i) o tipo de morfema (*singleton* ou dissociado, cf. Embick & Noyer 2001) e (ii) a configuração de especificador/núcleo desencadear ou não concordância visível. As combinações possíveis destes fatores fornecem o padrão de variação encontrada nos três dialetos do português.

O artigo está organizado da seguinte maneira: a seção 2 está devotada a uma apresentação detalhada dos dados a fim de fornecer um entendimento mais claro do tipo de variação morfológica em discussão; a seção 3 apresenta as asserções e a proposta para explicar a variação entre línguas; as predições da análise são exploradas na seção 4.

2. Os fatos

Os fatos sob exame neste artigo provêm de dois diferentes domínios: os padrões de concordância de número dentro do DP (seção 2.1) e os padrões de concordância sujeito-verbo (seção 2.2). Os dados são de três dialetos do português: português europeu (PE) e duas variedades do português brasileiro (PB1 e PB2).

Devemos fazer aqui uma observação importante sobre os dados do português brasileiro: de uma certa forma estamos idealizando a distinção entre dois dialetos, já que os mesmo falante pode usar o PB1 e o PB2. A idealização, no entanto, é confirmada pela pesquisa sociolingüística, que mostra que, em determinadas situações, os falantes optam por uma ou outra das duas variedades. Se esta observação está correta, possivelmente estamos frente a um caso de gramáticas em competição, no sentido de Kroch (1994, 1997), cada uma usada em diferentes situações e assim sendo possível isolar cada uma delas claramente.

2.1. Concordância de número interna ao DP

Dentro do DP, o PE exibe o padrão de concordância de número encontrado em muitas línguas românicas: a pluralidade é expressa em todas as categorias capazes de portar esse tipo de morfologia (nomes, determinantes, quantificadores, adjetivos, possessivos e demonstrativos), como se vê em (4) abaixo:

(4) a. Os/este/alguns/uns livros muito bonitos

b. Os primeiros livros da biblioteca

c. Os meus livros

d. Todos os meus primeiros livros bonitos

Ambos os dialetos do PB se comportam da mesma maneira e diferem do PE. Em geral, a pluralidade é marcada apenas sobre o determinante. Nomes e adjetivos pós-nominais não são marcados para a pluralidade:

(5) Os/estes/alguns/uns livro muito bonito

A oposição entre as posições pré-nominal e pós-nominal dentro do DP é crucial para estabelecer os padrões de concordância. Como notado por Menuzzi (1994) – e também por outros estudiosos do PB, como Scherre em diversos trabalhos – marcadores de plural podem opcionalmente aparecer em outros elementos pré-nominais, mas se o nome não é marcado como plural nenhum elemento pós-nominal pode exibir esta marca. Isto dá lugar a alguma variação no domínio pré-nominal. Adjetivos pré-nominais podem ou não exibir a morfologia de plural. Um padrão inexistente é aquele que mostra a marca de plural no adjetivo com um determinante sem esta marca:

(6) a. Os primeiros livro da biblioteca

b. Os primeiro livro da biblioteca

c. * O primeiros livro da biblioteca

Possessivos pré-nominais diferem dos adjetivos pré-nominais de maneira interessante: como no caso dos adjetivos, ambos, o determinante e o possessivo, podem exibir o morfema de plural. No entanto, se apenas um deles exibir a marca, é o possessivo – e não o determinante – que exibirá o morfema de plural, o que distingue este caso do que foi observado com os adjetivos:

(7) a. Os meus livro

b. *Os meu livro

c. O meus livro

A generalização que emerge destes dados é a seguinte: ou o determinante ou todos os elementos pré-nominais devem exibir a morfologia de plural em português brasileiro. A diferença entre adjetivos e possessivos deve ser explicada, já que o último caso é o único em que o elemento exibindo a marca de plural não é o determinante.

2.2. Concordância sujeito-verbo

No PE, o sujeito e o verbo concordam independentemente da posição do sujeito. A única exceção é a possibilidade de sujeitos invertidos de verbos inacusativos não concordarem na fala coloquial (cf. Costa 2000):

(8) a. Os meninos comeram o doce

b. * Os meninos comeu o doce

c. Comeram os meninos o doce

d. * Comeu os meninos o doce

e. Comeram o doce os meninos

f. * Comeu o doce os meninos

(9) a. Muitas florestas arderam

b. * Muitas florestas ardeu

c. Arderam muitas florestas

d. Ardeu muitas florestas (coloquial)

Também predicados de mini-orações e particípios passivos exibem obrigatoriamente a concordância de número:

(10) a. As casas parecem bonitas

b. * As casas parecem bonita

c. As casas foram destruídas

d. * As casas foram destruída.

Antes de apresentar o padrão de concordância sujeito-verbo dos dois dialetos do PB, é importante relembrar que os paradigmas verbais são diferentes, como extensivamente discutido na literatura, em particular em Galves (1993) e Figueiredo

Silva (1996). Em português europeu padrão, há cinco diferentes marcas morfológicas para as seis combinações dos traços de pessoa e número:

(11) verbo *cantar* – presente do indicativo:

	singular	plural
I	canto	cantamos
II	cantas	cantam
III	canta	cantam

Em PB1, o paradigma verbal consiste de quatro diferentes marcas para as mesmas combinações, como mostrado em (12):

(12) verbo *cantar* – presente do indicativo:

	singular	plural
I	canto	canta/cantamos
II	canta	cantam
III	canta	cantam

Analisando estas diferenças, Galves (1993) propõe que este dialeto do PB perdeu a distinção semântica de pessoa, mas não o seu traço sintático, podendo então o padrão em (12) ser derivado da combinação dos traços binários de pessoa e número:

(13) [+pessoa, -número] *-o*

[+pessoa, +número] *-mos*

[-pessoa, -número] *-a*

[-pessoa, +número] *-m*

Obviamente, para derivar o padrão do PE um traço binário para pessoa não seria suficiente, pois não seria possível com apenas este traço binário dar conta da distinção entre as três formas encontradas no singular. Independentemente dos detalhes da proposta de Galves (1993), o aspecto crucial para o presente trabalho é que número é um traço distintivo na morfologia verbal do PB1.

Em PB2, o paradigma verbal é muito mais simplificado. Tomando o mesmo verbo e tempo verbal apresentados anteriormente para os outros dois dialetos, é possível observar que neste dialeto há apenas a distinção entre a primeira pessoa e as outras:

(14) verbo *cantar* – presente do indicativo:

	singular	plural
I	canto	canta
II	canta	canta
III	canta	canta

Para os nossos propósitos aqui, o aspecto relevante é que a diferença entre o PB1 e o PB2 pode ser vinculada ao papel desempenhado por número, pois este é um traço

pertinente para distinguir as formas verbais em PB1 mas não em BP2, onde apenas pessoa tem algum papel.

Tendo isso em mente, vamos olhar os padrões de concordância sujeito-verbo nestes dois dialetos do português brasileiro. Em PB1, há concordância de número entre o sujeito e o verbo:

(15) a. Os menino comeram o doce

b. *Os menino comeu o doce

c. Os menino tossiram

d. *Os menino tossiu

Para as sentenças em (15) não é possível testar se a posição do sujeito é ou não relevante para determinar o padrão de concordância, já que, diferentemente do que acontece com o PE, inversão é impossível com verbos transitivos e inergativos neste dialeto. No entanto, se tomamos a classe dos verbos inacusativos, é possível detectar uma diferença interessante com respeito ao PE: em PB1 sujeitos invertidos não concordam – concordância com o sujeito invertido é sentida pelos falantes como uma operação requintada, acessível apenas àqueles que sabem falar "o bom português" (algo como a norma do PE):

(16) a. ?? Queimaram umas floresta

b. Queimou umas floresta

Uma outra diferença interessante com respeito ao PE aparece nas construções predicativas e passivas: como mostrado em (17) abaixo, diferentemente do PE, em BP1 há concordância entre o sujeito e o verbo, mas a forma adjetival ou participial não exibe concordância de número com o sujeito:

(17) a. ?? As casa parecem bonitas

b. As casa parecem bonita

c. ?? As casa foram destruídas

d. As casa foram destruída

O PB2 difere significativamente do PB1. Não há concordância de número entre o sujeito e o verbo em nenhum contexto, nem com verbos transitivos e inergativos na ordem SV nem com os verbos inacusativos em qualquer ordem:

(18) a. *Os menino comeram o doce

b. Os menino comeu o doce

c. * Os meninos tossiram

d. Os menino tossiu

(19) a. *Queimaram umas floresta

b. Queimou umas floresta

c. *Umas floresta queimaram

d. Umas floresta queimou

Construções predicativas e passivas tampouco exibem concordância de plural. A pluralidade da sentença é marcada apenas no determinante do DP sujeito:

(20) a. *As casa parecem bonitas

b. *As casa parece bonitas

c. As casa parece bonita

d. *As casa foram destruídas

e. * As casa foram destruída

f. As casa foi destruída

2.3. Sumário

Antes de apresentar nossa proposta, vamos sumarizar as conclusões descritivas a que chegamos até aqui e as questões que devem ser abordadas:

(i) em PE há concordância com todos os elementos dentro do DP;

(ii) nos dois dialetos do PB o número dentro do DP é marcado ou no núcleo D ou em todos os elementos pré-nominais;

(iii) adjetivos pré-nominais e possessivos diferem em PB, no sentido de que apenas estes últimos podem portar a marca de número na ausência desta marca no artigo definido;

(iv) em PE há sempre concordância sujeito-verbo, independentemente da posição do sujeito, exceto no caso dos verbos inacusativos em que a concordância é opcional com sujeitos invertidos na fala coloquial;

(v) em PE há sempre concordância de número com particípios passivos e predicados de mini-orações;

(vi) em PB1 há concordância sujeito-verbo exceto no caso de sujeitos invertidos;

(vii) em PB1 não há concordância de número com particípios passivos e predicados de mini-orações;

(viii) em PB2 não há concordância de número entre o sujeito e o verbo;

(ix) em PB2 não há concordância de número com particípios passivos e predicados de mini-orações;

Essas observações descritivas levantam ao menos as seguintes questões, que pretendemos responder na próxima seção:

(a) qual a diferença entre a marca de plural no PE e no PB de tal modo que ela se encontra em todos os elementos que podem exibi-la somente em PE e não em PB?

(b) por que é possível encontrar múltiplos elementos concordando em número em PB apenas no domínio pré-nominal?

(c) o que condiciona a diferença de comportamento entre adjetivos pré-nominais e possessivos pré-nominais em PB?

(d) qual a diferença entre concordância de número do sujeito com o verbo e dentro do DP, que diferencia os dois dialetos do PB?

(e) qual a diferença entre concordância de número do sujeito com o verbo e concordância de número do sujeito com particípios passivos e predicados de mini-orações, que diferencia o PB1 do PE?

(f) por que a inversão tem efeito sobre a concordância sujeito-verbo em BP1 mas não em PE?

3. A proposta

A hipótese central que pretendemos desenvolver aqui é que o tipo de variação encontrada na morfologia de concordância de número não é conseqüência de diferentes lugares de pouso para o movimento do verbo. Em outras palavras, dada a evidência com respeito ao movimento do verbo em português, assumiremos que os fatos concernentes à concordância de número são independentes do lugar para onde se move o verbo. Tomando em consideração os testes tradicionais para traçar o movimento de V para I, não se observam diferenças significativas entre o PE e o PB que permitiriam postular diferentes locais de pouso para o verbo. Como mostrado em Costa e Galves (2002), tanto em PE quanto em PB o verbo parece ter se movido de V para T, não alcançando o núcleo funcional mais alto do domínio IP, o que explica o fato de que em qualquer dessas línguas o verbo pode aparecer entre (certas classes de) advérbios e preceder ou seguir quantificadores flutuantes:

(21) Ninguém provavelmente leu bem o poema

(22) a. Os menino(s) todos/tudo beijaram/beijou a Maria

b. Os menino(s) beijaram/beijou todos/tudo a Maria

Defensores da hipótese de que o PB tem menos movimento do verbo que o PE frequentemente baseiam sua argumentação nos fatos morfológicos. Os dados em (21) e (22) sugerem que não há nenhuma evidencia posicional para esta afirmação.

A segunda asserção necessária é assumir, seguindo Halle e Marantz (1993), Bobaljik (1995) e Embick e Noyer (2001), que morfemas podem se adjungir a núcleos independentemente de movimento. Em outras palavras, contra Belletti (1990), entre outros, defendemos que um morfema flexional específico pode se realizar no verbo como uma conseqüência do movimento de núcleo ou como o resultado de um processo morfológico. Vamos adicionalmente adotar um dos princípios da Morfologia Distribuída assumindo que um morfema pode se realizar de dois modos: ou como um morfema *singleton* ou como um morfema dissociado. De acordo com Embick (1997) e Embick e Noyer (2001), um morfema dissociado não figura na sintaxe propriamente dita. Ele é inserido após *spell-out*, somente indiretamente refletindo estruturas sintáticas.

Adotando para o PE a asserção de que a proliferação de um dado morfema pode ser interpretada como uma conseqüência do fato de ele ser dissociado, fazemos a seguinte hipótese:

(23) *Tipos de morfologia [plural] em português*:

a. [plural] é um morfema *singleton* em português brasileiro;

b. [plural] é um morfema dissociado em português europeu.

Um corolário da hipótese de que [plural] pode ser um morfema dissociado capaz de se adjungir a raízes independentemente de suas posições é que, para se obter concordância visível, uma configuração de especificador/núcleo pode ser exigida, mas isso não é obrigatório. Esta afirmação é bastante consoante com a proposta de Chomsky (2001) segundo a qual a concordância pode ser desencadeada por diferentes tipos de operação e está empiricamente fundada na observação de que configurações especificador/núcleo idênticas não desencadeiam concordância visível em todas as línguas. Um exemplo claro é a concordância do particípio passado com objetos movidos em francês, e a falta dela em outras línguas românicas (Kayne, 1989):

(24) a. Je les avais faites

/Eu as tinha feitas/

b. Eu tinha-as feito (PE)

Dadas essas asserções, a variação inter-lingüística observada segue-se diretamente. A diferença entre o PE e o PB é fruto do tipo de morfema associado com a pluralidade. Defendemos que [plural] é um morfema dissociado apenas em PE. Essa proposta deriva o fato de que todos os elementos capazes de exibir morfologia plural realmente carregarão estas marcas, independentemente da existência de movimento e de configurações especificador/núcleo. Em PB, por outro lado, [plural] não é um morfema dissociado. Portanto, ele se adjungirá ao elemento que ancora a informação concernente ao número. Seguindo Enç (1991), D é o núcleo ligando o DP à sua interpretação em LF. Assim, o morfema plural é realizado neste núcleo, que é morfologicamente capaz de carregar esta marca. Já que [plural] não é um morfema dissociado em PB, ele não aparecerá em outras categorias, o que deriva o comportamento observado em PB2: há uma única marca de plural.

Como notado anteriormente, sob este tipo de abordagem, reflexos visíveis de configurações especificador/núcleo são possíveis, embora não obrigatórias. Isso permite-nos derivar a diferença entre PB1 e PB2: no primeiro, mas não no segundo, uma configuração especificador/núcleo entre o sujeito e um núcleo flexional fornece concordância visível, exatamente como o caso da concordância do particípio passado em francês. O fato de que o mesmo efeito não aparece em PB2 não é surpreendente, dada a evidência independente para parametrizar os efeitos visíveis das relações de especificador/núcleo.

Em resumo, nossa explicação para a variação da expressão morfológica da pluralidade pode ser sumarizada no seguinte esquema:

(25) pl ----------------------------------> morfema dissociado? Sim (PE)

Não (PB)

Spec-núcleo em I desencadeia concordância visível? Sim (PB1, PE)

Não (PB2)

Spec-núcleo em AgrO desencadeia concordância visível? Sim (francês)

Não (português)

Com estes ingredientes, é agora possível recolocar a lista de questões esboçada no final da seção anterior:

(a) qual a diferença entre a marca de plural no PE e no PB de tal modo que ela se encontra em todos os elementos que podem exibi-la somente em PE e não em PB?

Já que [plural] é um morfema *singleton* em PB, ele só aparecerá em um único núcleo. Por outro lado, o fato de que [plural] é um morfema dissociado em PE torna possível a sua associação pós-sintática com todos os elementos capazes de exibir a marca de plural.

(b) por que é possível encontrar múltiplos elementos concordando em número em PB apenas no domínio pré-nominal?

A resposta para esta questão não se segue inteiramente da análise proposta, já que ela envolve pesquisa adicional sobre a estrutura interna do DP, o que está muito além do escopo deste trabalho. De qualquer modo, é interessante notar que há uma correlação entre os fatos de concordância em PB e uma assimetria bem conhecida (embora bem pouco entendida) entre material pré-nominal e pós-nominal no que concerne à estrutura sintagmática. Como já discutido em DiSciullo e Williams (1987), entre muitos outros, material pré-nominal exibe certas propriedades típicas de núcleos, resistindo à modificação e não aceitando complementos, ao passo que elementos pós-nominais exibem propriedades típicas de sintagmas. Independentemente da implementação precisa destas idéias, se a morfologia toma todo o material pré-nominal como uma matriz complexa de núcleos, é esperado que os únicos elementos marcados com pluralidade sejam os pré-nominais. Por hipótese, o morfema de plural poderia então se espalhar de D para as outras unidades do núcleo complexo. Deixamos a implementação desta idéia para pesquisa futura.

(c) o que condiciona a diferença de comportamento entre adjetivos pré-nominais e possessivos pré-nominais em PB?

Como mostrado atrás, se somente um dos elementos pré-nominais é marcado com pluralidade, este deve ser o determinante em seqüências D-Adjetivo-N, o que segue naturalmente da hipótese de que [plural] se adjunge ao núcleo D, que serve como uma âncora para LF. No entanto, se a seqüência é D-Possessivo-N, o elemento exibindo o morfema de plural é o possessivo, como vemos repetido abaixo em (26):

(26) A minhas casa

Essa diferença entre possessivos e adjetivos segue de nossas asserções com respeito ao lugar de adjunção do morfema de plural. Como mencionado, ele deve ser adjungir ao núcleo responsável por estabelecer a ligação com a interpretação semântica. Como extensivamente argumentado em Castro (2001), dois fatos devem ser levados em conta a fim de se entender o comportamento do possessivo em português: (i) se ele ocorre pré-nominalmente, o DP é definido; se ele ocorre em posição pós-nominal, o DP é indefinido (cf. (27)); (ii) o artigo definido em exemplos como (26) é expletivo. Castro (2001) mostra que este último fato se torna óbvio quando se observa que certos dialetos do PB que omitem o determinante expletivo antes de nomes próprios também o fazem antes de possessivos pré-nominais, como se vê em (28) e (29):

(27) a. O meu livro

b. *O livro meu

c. Um livro meu

d. *Um meu livro

(28) a. * João (PE)

b. * meu livro é azul (PE)

(29) a. João (certos dialetos do PB)

b. Meu livro é azul (certos dialetos do PB)

Já que o artigo definido nas construções possessivas definidas não é o marcador de definitude, e é apenas um expletivo, e já que assumimos que o morfema [plural] se ancora na categoria codificando a informação que é relevante para a interface com o componente interpretacional, espera-se que a morfologia de número apareça sobre o possessivo em lugar de aparecer sobre o expletivo.

(d) qual a diferença entre concordância de número do sujeito com o verbo e dentro do DP, que diferencia os dois dialetos do PB?

Como sugerido atrás, a concordância interna ao DP e a visibilidade da concordância entre o sujeito e o verbo são fruto de duas condições diferentes: não se espera que nenhum dialeto do PB exiba concordância entre D e N, já que o morfema de número é *singleton* e não há relação especificador/núcleo entre D e N. Por outro lado, a especificação paramétrica esquematizada em (25) estipula que a relação especificador/núcleo entre o sujeito e a flexão I desencadeia efeitos visíveis apenas no PB1. Essas duas fontes de visibilidade da concordância combinadas derivam o fato de que os dois dialetos do PB se comportam de maneira similar no domínio interno ao DP, mas diferem nos padrões de concordância sujeito-verbo.

(e) qual a diferença entre concordância de número do sujeito com o verbo e concordância de número do sujeito com particípios passivos e predicados de mini-orações, que diferencia o PB1 do PE?

Observou-se que, enquanto no PE a concordância de número aparece em todos os lugares possíveis, incluindo particípios passivos e predicados de mini-orações, em PB1 há somente concordância sujeito-verbo, mas não concordância com particípios passivos e predicados de mini-orações. Essa diferença de comportamento segue-se diretamente de nossa análise: já que a concordância sujeito-verbo em PB1, diferentemente do que ocorre em PE, é uma conseqüência da relação de concordância especificador/núcleo, espera-se encontrar essas marcas apenas quando os sujeitos estão efetivamente em configuração especificador/núcleo com o núcleo autorizado a exibir a concordância visível. Se dentro das mini-orações não há relação especificador/núcleo entre o sujeito e o predicado e se é uma relação do tipo núcleo/complemento que se verifica entre particípios passivos e o sujeito, as configurações necessárias para a manifestação da concordância não existem nessas duas construções. Em PE, por outro lado, dado que a concordância se estabelece via inserção pós-sintática do morfema dissociado, a marca de número aparecerá independentemente do tipo de relação configuracional existente entre sujeito e o núcleo exibindo a marca de concordância.

(f) por que a inversão tem efeito sobre a concordância sujeito-verbo em PB1 mas não em PE?

A resposta para esta questão está relacionada com a resposta dada à questão anterior. Assumindo com Belletti (1988) que os argumentos invertidos de verbos inacusativos permanecem em sua posição de base, não há relação do tipo especificador/núcleo entre o núcleo flexional e o sujeito, e assim não se verifica concordância visível. No PE, ao contrário, dado que a marca de número é um morfema dissociado, independentemente de haver a configuração especificador/núcleo, o verbo e o sujeito podem concordar.

Neste ponto, é importante compreender o que acontece com a variante coloquial do PE, na qual, como mencionado anteriormente, pode não haver concordância de número entre o verbo inacusativo e o seu sujeito invertido:

(30) Ardeu muitas florestas

Costa et al. (2002) defendem que (30) é uma instância de inversão locativa. Neste caso, (30) exibe a relação de especificador/núcleo com o sujeito expletivo e é com ele que o verbo concorda. Em suporte desta afirmação, os autores mostram que a falta de concordância visível é encontrada em contextos de foco identificacional, nunca em casos de foco informacional:

(31) A: Quem chegou?

B: a. ?? Chegou os alunos

b. Chegaram os alunos

Em línguas que não exibem sujeitos nulos, como o inglês, observa-se que construções com expletivos e inversões locativas não são usadas em contextos de foco informacional:

(32) A: Who is coming?

/quem está chegando?/

B: a. John is coming

/João está chegando/

b. #There comes John

/Está chegando João/

A interpretação que Costa et el. (2002) dão a estes fatos é a seguinte: em contextos de foco informacional, não há nenhum expletivo envolvido, o que deriva a obrigatoriedade da concordância do verbo com o argumento. Em contextos de inversão locativa, há dois candidatos para a concordância, o expletivo e o argumento, e assim pode haver variação, dependendo de outros fatores.

4. Predições adicionais

Além de derivar os fatos de concordância apresentados na seção 2, a presente análise faz predições interessantes, com conseqüências para o tratamento de outros fenômenos, algumas das quais apresentamos a seguir:

a) em PE, independentemente da ordem de palavras encontrada, há sempre concordância de número (Costa 1998), já que a concordância visível não depende de uma configuração sintática específica. Essa predição tem conseqüências para as análises possíveis da inversão. Se nossa análise está no caminho correto, a visibilidade da concordância não deve ser tomada como sinal decisivo de que em algum ponto da derivação o sujeito invertido esteve numa configuração especificador/núcleo com I no domínio flexional.

b) retornando para o comportamento dos possessivos em PB, um fato adicional é corretamente predito pela nossa análise. Possessivos pré-nominais exibem a marca de número em PB1, enquanto possessivos pós-nominais não o fazem jamais, como se vê em (33) abaixo:

(33) a. o meus livro

b. uns livro meu

c. *um livro meus

Assumindo com Schoorlemmer (1998), Castro (2001), entre outros, que somente o possessivo pré-nominal é um núcleo relacionado a D, enquanto o possessivo pós-nominal é um XP, é esperado que o morfema [plural] *singleton* se adjunja apenas ao primeiro.

c) Scherre (1994) mostra que, na variação encontrada nos padrões de concordância dos dialetos do PB, há uma série de fatores que não se encaixam dentro de uma abordagem puramente sintática para derivar os padrões de concordância. Essas variáveis incluem aspectos como a saliência sonora da marca de número e a posição linear. Embora não tenhamos ferramentas para derivar as freqüências de ocorrência sociolingüísticas, é interessante notar que encontrar um lugar para a análise dos padrões de concordância na interface entre a sintaxe e a morfologia, na asa de PF da gramática, abre um caminho para acomodar variáveis que são morfofonológicas por natureza.

d) finalmente, a presente análise faz uma previsão interessante com respeito à variação encontrada no seio das línguas românicas no que tange à extensão do movimento de V a I e sua correlação com diferenças na flexão de número. Um dos pontos de partida da presente proposta foi a observação de que diferenças entre os três dialetos do português encontradas no padrão de concordância verbal não se correlacionam com diferentes lugares de pouso para o movimento do verbo. Mostramos adicionalmente que as diferenças entre os três dialetos estavam ligadas à marca de número, já que todas as variantes do português examinadas codificam diferenças de pessoa, mesmo se em diferentes graus. Tanto quanto sabemos, a melhor generalização concernente à evidência morfológica para a existência de movimento de V a I é a de Vikner (1997):

(34) Generalização de Vikner:

Um língua tem movimento de V a I se há flexão para pessoa em todos os tempos.

Já que todos os três dialetos do português codificam pessoa em sua flexão verbal, a generalização de Vikner e nossa análise corretamente predizem que não há diferença entre os dialetos em questão no que tange à extensão do movimento do verbo.

Pode-se predizer adicionalmente que uma dada língua pode mover o verbo para uma posição mais alta que outra e ainda assim exibir morfologia de número mais fraca.

Assumindo com Costa (1996) e Costa e Galves (2001) que o alvo do movimento de V a I são AGrS em francês e T em PE, a predição revela-se correta: o francês é um língua que move o verbo para uma posição mais alta que o PE e exibe menos concordância de número.

5. Conclusão

A análise proposta aqui não apenas explica a variação descrita entre as três variedades do português, mas também provê clara evidência para um componente morfológico autônomo, derivando aspectos morfológicos da língua de um modo que é parcialmente independente da sintaxe. Crucial para chegarmos a esta conclusão foi relacionar os fatos da concordância interna ao DP com a concordância sujeito-verbo.

Referências

BELLETTI, Adriana. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry* n.19, p. 1-34, 1988.

_____. *Generalized Verb Movement*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1990.

BOBALJIK, Jonathan David. Morphosyntax: On the syntax of verbal inflection. Tese (Doutorado em Lingüística) MIT, Cambridge, 1995, 383 p.

CASTRO, Ana. Os possessivos em português europeu e português brasileiro: unidade e diversidade. *In Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Colibri, 2001, p.599-613.

COSTA, João. Adverb Positioning and V-movement in English: Some More Evidence. *Studia Linguistica* n.50, p.22-34, 1996.

_____. Word Order Variation. A constraint-based Approach. Tese (Doutorado em Lingüística). HIL/Universidade de Leiden, Holanda, 1998.

_____. Postverbal Subjects and Agreement in Unaccusative Contexts in European Portuguese. *The Lingüistic Review* n.18, 2000.

_____; GALVES, Charlotte. External Subjects in Two Varieties of Portuguese – evidence for a non-unified analysis. *In:* BEYSSADE, Claire et al (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2000 – Selected Papers from Going Romance'2000*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p.109-125.

_____; COELHO, Izete; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Fátima. Considerações sobre a ordem VS e sujeito nulo em português europeu e português brasileiro. Comunicação apresentada no *Terceiro Colóquio do projeto PEPB*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002.

CHOMSKY, Noam. Derivation by Phase. *In:* KENSTOWICZ, Michael (ed.) *Ken Halle: A Life in Language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p.1-52.

DISCIULLO, Anna-Maria; WILLIAMS, Edwin. *On the definition of word*. Cambrige: MIT Press, 1987.

EMBICK, David. Voice and the interfaces of syntax. Tese (Doutorado em Lingüística). Universidade da Pensilvânia, Philadelphia, 1997.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement Operations After Syntax. *Linguistic Inquiry* n.32, p.555-595, 2001.

ENÇ, Muvet. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry* n.22, p.1-25, 1991.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição sujeito em português brasileiro – frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. *In:* ROBERTS, Ian; KATO, Mary (eds.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. *In:* HALE, Kenneth; KEISER, Samuel Jay (eds.) *The View from Building 20: Essays in Linguistic in Honor to Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p.111-176.

KAYNE, Richard. Facets of Past Participle Agreement in Romance. *In:* BENINCÀ, Paola (ed.) *Dialectal Variation and the Theory of Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989. p.85-103.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic Variation. *In:* BEALS, K. (ed.) *Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society* 2. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1994. p.180-201.

_____ Syntactic Change. *In*: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Londres: Blackwell, 2001. p.699-729.

MENUZZI, Sérgio. Adjectival positions inside DPs. *In*: CREMERS, Crit; BOK-BENEMA, Reineke (eds.) *Linguistics in the Netherlands*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p.127-138.

RORHBACHER, Bernard. The Germanic Languages and the Full Paradigm: a Theory of V to I Raising. Tese (Doutorado em Lingüística), Universidade de Massachusetts, Amsherst, MA.

SCHERRE, Marta. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa – Norma e Variação* 12, 1994, p.37-49.

SCHOORLEMMER, Martin. Possessors, articles and definiteness. *In*: ALEXIADOU, Artemis; WILDER, Chris (eds.) *Possessors, predicates and movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p.55-86.

VIKNER, Sten. V-to-I movement and inflection for person in all tenses. *In*: HAEGEMAN, Liliane (ed.) *The New Comparative Syntax*. Edinbourgh: Longman Linguistics Library, 1997. p.189-213.